

Expressões e formas de resistência juvenil diante do avanço do conservadorismo¹

Expressions and forms of youth resistance against the advance of conservatism

Valdeci Reis*¹

Fernanda Silva Lino¹**

Ademilde Silveira Sartori*¹**

Palavras-chave:
Ocupação;
Movimento estudantil;
Juventude.

Resumo: No presente artigo é discutido o movimento de ocupações de escolas e universidades protagonizado por jovens no segundo semestre de 2016, no município de Florianópolis-SC. A partir dos dados coletados em uma pesquisa etnográfica, são problematizadas as estratégias de resistência colocadas em curso por secundaristas e universitários contra: a reforma do Ensino Médio; o congelamento dos gastos públicos em educação, saúde e assistência social; e o projeto de lei 'Escola sem Partido'. Durante a aplicação dos protocolos etnográficos, foi constatado que os estudantes construíram redes de comunicação independentes para alertar a sociedade sobre os retrocessos em curso no parlamento, além de promoverem inúmeras ações de resistências, como: aulas públicas, intervenções artísticas e ocupações nos aparelhos hegemônicos do Estado.

Keywords:
Occupation;
Student Movement;
Youth.

Abstract: *This article discusses the movement of occupations of schools and universities carried out by young people in the second half of 2016, in the city of Florianópolis-SC. From data collected in an ethnographic research, we problematize the resistance strategies put in place by secondary and university students against: High School reform; freezing of public spending on education, health and social assistance; and 'School without Party' bill. During the application of ethnographic protocols, it was observed that the students constructed independent communication networks to alert society about the setbacks that are underway in the parliament, as well as to promote numerous resistances actions, such as: public lectures,*

¹ Recebido em 16/06/2018. Aceito em 15/09/2018

*¹ Mestre em Educação, Doutorando em Educação pela Universidade do Estado de Santa Catarina. E-mail: pedagovaldeci@gmail.com.

**¹ Doutoranda em Educação pela Universidade do Estado de Santa Catarina. E-mail: lino.nanda@gmail.com.

***¹ Professora da Universidade do Estado de Santa Catarina. E-mail: ademildesartori@gmail.com.

artistic interventions, and occupations in the State hegemonic apparatuses.

Introdução

*Mais um ano começa,
Com os mesmos problemas de antes
Papos de mudança, promessa,
Uma nova remeça de governantes
Que governam para o povo padecer
Cada vez mais ignorante*

"Raiz da corrupção" [canção]
Elias Oliveira Marx [estudante]²

O presente trabalho reflete sobre as estratégias colocadas em curso por estudantes secundaristas e universitários contra a decisão autoritária do poder executivo federal em impor a reforma curricular do Ensino Médio por meio de uma medida provisória³ sem o devido diálogo com a sociedade brasileira. A eclosão do movimento resultou na ocupação de duas escolas de educação básica, duas universidades, uma emissora de rádio e um campus do Instituto Federal de Santa Catarina. O movimento também se posicionou contra a proposta de emenda 55 à Constituição⁴, que congelou investimentos em áreas essenciais como educação, saúde e assistência social por duas décadas. O evento promoveu inúmeros debates com o objetivo de alertar a população acerca das contradições em torno do projeto de lei Escola sem Partido⁵.

O início do movimento coincidiu com o período em que estávamos mapeando escolas para aplicação de uma pesquisa no âmbito do doutorado em educação. Era nosso objetivo compreender como os jovens adolescentes se relacionam com a cultura digital, identificando seus perfis e formas de apropriação tecnológica, bem como suas representações sobre temas sensíveis da era digital como: vigilância, exposição e assédio virtual.

Ao chegarmos à primeira escola, fomos informados de que, no dia anterior, havia ocorrido uma assembleia onde os estudantes deliberaram pela ocupação da instituição. Além de pautas internas como merenda, assistência estudantil e gestão participativa, o movimento havia incorporado objetivos de um movimento nacional que se colocava contra a Reforma do Ensino Médio e outras propostas polêmicas que, naquele momento, estavam em curso no

² *Rapper* da cena musical de Florianópolis e estudante de uma das escolas ocupadas. A letra nasceu durante o movimento de ocupação, em 2016.

³ A MP n.º 746 trouxe alterações significativas na Lei 9.394, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. A versão inicial da medida provisória tornou não obrigatória as disciplinas de Filosofia, Sociologia, Artes e Educação Física (BRASIL, 2016).

⁴ Novo regime fiscal (SENADO, 2016a).

⁵ Projeto de Lei 193/2016 (SENADO, 2016b).

Congresso Nacional: reformas trabalhista e previdenciária, congelamento dos gastos públicos e lei da mordaza⁶.

Enquanto observávamos toda a mudança estética que havia ocorrido naquele espaço, identificamos um grupo de alunos debatendo como proceder sobre a censura de um cartaz (Figura 01) que questionava a eficácia das eleições no Brasil. A escola em questão é um grande colégio eleitoral do município de Florianópolis e, no domingo seguinte, ocorreria o segundo turno das eleições municipais.

Figura 1: Hall de entrada da Escola, Campus Florianópolis do IFSC⁷



Fonte: Página Ocupa IFSC Floripa⁸.

Momentos antes da nossa chegada, técnicos do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina haviam vistoriado o prédio. Na sequência, ocorreu uma mediação para delimitar um espaço que os estudantes ocupariam no dia da eleição e outra parte do prédio seria destinada para que o TRE/SC pudesse executar os trabalhos operacionais da eleição que iria definir o futuro prefeito/a do município.

Após muita discussão sobre a censura do cartaz “se votar mudasse, seria proibido, não obrigatório”, os estudantes resolveram compor uma canção para denunciar o autoritarismo institucional por parte do poder judiciário, bem como convidar a população a refletir sobre o cenário político que o país vivenciava. Trechos da música composta pelo estudante Elias de Oliveira Marx, *rapper*, integrante do movimento *Hip Hop* catarinense e estudante do campus Florianópolis do Instituto Federal de Santa Catarina serão utilizados no início de cada tópico deste artigo.

⁶ Termo utilizado pelos estudantes para se referir ao Projeto de Lei Escola sem Partido.

⁷ Embora os autores possuam um acervo fotográfico das observações, serão utilizadas neste artigo apenas imagens publicadas pelos estudantes nas páginas das ocupações.

⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/OCUPAIFSCFLORIPA/photos>. Acesso em: 22/03/2018.

Passamos uma manhã observando aqueles estudantes debatendo estratégias para resistir ao autoritarismo institucional/jurídico/parlamentar colocado em curso em nosso país. Resolvemos, então, postergar a ideia inicial da pesquisa e partimos para a observação das ocupações no município de Florianópolis. Por mais de um mês, analisamos, por meio de uma observação etnográfica, as ações desses estudantes em escolas de educação básica e universidades na tentativa de compreender a concepção de escola que esses jovens defendem. Durante esse período, foram realizadas observações, registros fotográficos e audiovisuais.

Tendo por base os fundamentos etnográficos apresentados por Oliveira (2013), Reis e Lunardi-Mendes (2018), analisamos três ocupações: #OcupaIFSCFloripa, #OcupaUDESC e #OcupaUFSC. No município também foram ocupadas a Escola Estadual de Educação Básica Simão Hess e o Colégio de Aplicação da UFSC, todavia, não conseguimos aplicar os protocolos etnográficos nessas instituições⁹.

A organização deste artigo compreende esta introdução. Uma seção que contextualiza o histórico das ocupações que aconteceram em 2015 e 2016, as especificidades da resistência no Estado de São Paulo e a nacionalização do movimento em protesto ao ajuste fiscal. Na sequência, são narradas as composições metodológicas desta pesquisa, bem como a análise dos dados coletados. O texto encerra descrevendo o legado das ações dos estudantes e os desafios da classe trabalhadora para enfrentar as próximas etapas do "golpe" (SOUZA, 2016).

Jovens em defesa das políticas públicas: notas sobre o histórico das ocupações em nível nacional

*Corte de investimentos em saúde e educação
Mas cadê o corte na raiz da corrupção?
Legalizada escravidão,
População castigada, história em repetição
"Raiz da corrupção" [canção]
Elias Oliveira Marx [estudante]*

O movimento de ocupações de aparelhos hegemônicos do Estado que ocorreu no país entre 2015 e 2016 provocou uma importante reflexão sobre a forma como os poderes executivo e legislativo vêm conduzindo as políticas públicas em nosso país, uma agenda econômica marcada por sucessivos cortes orçamentários, apropriação do fundo público e privatização de serviços essenciais como saúde e educação. As ocupações deixaram também o exemplo do forte engajamento, ativismo e reinvenção na forma de protestar e reivindicar seus direitos.

⁹ Nas duas escolas em que não conseguimos autorização dos líderes do movimento para acompanhar as respectivas ocupações; havia uma grande tensão envolvendo pais, direção da escola e setores da sociedade civil.

O histórico do movimento nos remete a setembro de 2015, quando o governo do Estado de São Paulo tentava colocar em curso na Assembleia Legislativa o projeto de reorganização de ensino que, se executado, resultaria no fechamento de 94 escolas estaduais. Ao pesquisar a produção acadêmica sobre as ocupações, constatamos que as análises sobre o movimento dos secundaristas paulistas dominam as pesquisas que se debruçaram a problematizar a temática, certamente por ter sido neste estado que o movimento de resistência iniciou. Mas como se pode constatar a seguir, em 2016, o movimento ganhou dimensão nacional e incorporou outras pautas.

#OcupaRegiãoSudeste

Analisar as ações dos secundaristas paulistas por meio das imagens produzidas e divulgadas nas páginas das ocupações foi um dos objetivos da pesquisa de Paes e Pipano (2017). Os autores articularam os discursos visuais e narrativos das ocupações compartilhadas nas redes sociais por meio da análise das provocações desses novos papéis desempenhados pelos secundaristas em relação à sua noção de representação da escola, aluno e currículo. Constataram os pesquisadores que, ao reconfigurar o espaço sensível das escolas, os estudantes viveram um experiência emancipatória, onde a sua ação foi transformadora ao preservar, cuidar e modificar os tempos e espaços do território escolar.

Uma pesquisa etnográfica foi desenvolvida por Corsino e Zan (2017) em uma unidade da rede estadual na zona norte do município de São Paulo. Entendendo a ocupação como processo de descolonização da escola, o trabalho destacou a autonomia dos jovens ocupantes, o clima democrático construído no convívio e nas atividades desenvolvidas, bem como a tensão constante nas relações com aqueles que foram contrários ao movimento. Para os pesquisadores, as ocupações permitiram um processo de descolonização das escolas, sendo que os estudantes questionaram os discursos de dominação e poder que estão presentes por meio de disciplinamento e controle. "Os questionamentos destes/as jovens remetem a uma escola precária, mecanizada e colonizada nas relações estabelecidas, em sua arquitetura e na relação com os saberes" (2017, p. 38).

Moraes e Ximenes (2016) discutiram sobre as políticas educacionais e a resistência estudantil dos secundaristas no segundo semestre de 2015. Para as autoras, uma das principais características do movimento que atingiu mais de 200 instituições foi a heterogeneidade, pois "cada escola apresentou uma dinâmica política própria" (MORAES; XIMENES, 2016, p. 1081). Outro ponto relevante é que, embora os estudantes tenham recebido apoio e solidariedade de diferentes grupos políticos, eles mantiveram a postura autônoma durante a ocupação. Destacam as pesquisadoras que a autonomia e o cuidado com a escola permitiram que o movimento ganhasse apoio de vários setores da sociedade.

Uma análise sobre o projeto de reorganização escolar, motivo da eclosão das ocupações paulistas, foi sistematizada por Giroto (2016). O pesquisador problematizou as implicações socioespaciais de tal mudança caso a proposta

fosse efetivada pelo Governo Estadual. Argumentou que o fechamento de escolas proposto evidencia ainda mais a desigualdade entre as regiões de São Paulo. Por fim, destacou a importância que a ocupação teve na formação cidadã dos jovens que protagonizaram o movimento “ao se apropriarem das escolas, ocupando-as em suas diferentes dimensões [...] tornaram-se também responsáveis por elas e capazes de definir a sua própria organização” (GIROTTI, 2016, p. 1137).

Uma discussão sobre os movimentos estudantis contemporâneos, com destaque para as ocupações paulistas, é realizada por Catini e Mello (2016), que abordam o contexto político, econômico e educacional em que tais embates foram travados. O trabalho foi estruturado a partir de dados de observação e diálogos estabelecidos durante visitas a escolas ocupadas, análise de produções culturais e episódios expressivos dos estudantes, bem como reportagens jornalísticas e trabalhos acadêmicos envolvendo o assunto.

Um estudo de caso sobre a ocupação desencadeada em um Instituto Superior de Educação no Rio de Janeiro foi estruturado por Silva e Melo (2017). Verificaram as autoras que, enquanto mobilização estudantil, a ocupação foi uma ação político-educacional que emergiu entre os alunos como estratégia de enfrentamento às medidas de austeridade do governo do Estado do Rio de Janeiro anunciadas no primeiro semestre de 2016. A pauta de reivindicações dos estudantes abrangeu: 1) pagamento do salário atrasado dos funcionários terceirizados; 2) aumento do número de inspetores, vigilantes, funcionários da limpeza e manutenção; 3) reforma geral do prédio central; 4) melhoria na qualidade da alimentação; 5) conserto e manutenção dos laboratórios; 6) autonomia do grêmio estudantil.

Uma análise sobre as ocupações ocorridas em escolas e universidades no sul de Minas Gerais também foi realizada por Groppo et al. (2017) por meio de pesquisa de campo nas instituições ocupadas. Os autores enfatizam a capacidade de auto-organização dos estudantes e afirmam que a formação política vivenciada pelos manifestantes durante o movimento rompe com as barreiras entre as funções tradicionais dos agentes educacionais (professores X estudantes). Outro elemento observado foi a presença das mães nas ocupações – momento importante em que a sociedade juntou forças para defender as instituições públicas.

#OcupaRegiãoSul

O Paraná foi o Estado da federação que registrou o maior número de ocupações. O movimento iniciou logo após o anúncio da Medida Provisória 746/2016 que alterou a base curricular do Ensino Médio. Ao todo, 867 prédios foram ocupados (850 escolas de educação básica, 14 universidades, 03 prédios administrativos da secretaria estadual de educação).

Flach e Schlesener (2017) analisaram as intervenções no estado paranaense à luz do pensamento de Antonio Gramsci. Ressaltaram que as ações colocadas em curso pelos estudantes foram uma estratégia para enfrentar o autoritarismo do poder executivo e parlamentar instaurado no país. Para as

autoras, a resistência dos estudantes contribuiu de maneira expressiva para a formação crítica, ocorrendo um processo de transformação individual e coletivo. Desse modo, foi possível demonstrar que ainda há esperança para se instituir uma outra forma de sociabilidade.

No Estado do Rio Grande do Sul, as ocupações iniciaram em maio de 2016 em protesto ao sucateamento da rede estadual. Somente na cidade de Porto Alegre foram registradas 41 intervenções em escolas de educação básica. Costa e Santos (2017) analisaram o movimento a partir das páginas virtuais das ocupações gaúchas.

Trata-se de pesquisa de cunho exploratório, baseada na análise qualitativa dos dados obtidos na rede social Facebook. Os autores concluíram que os ambientes virtuais possuem um “caráter multiplicador e viral, propagando, de maneira rápida e direta, as informações aos seus usuários” (COSTA; SANTOS, 2017, p. 53). Nestes espaços, os estudantes agiram conforme as suas necessidades e, por meio de compartilhamentos e de interações com a comunidade virtual, discutiram e ampliaram as pautas das ocupações. Além de uma mera ferramenta de comunicação, os ambientes virtuais tornaram-se dispositivos que fortalecem discussões políticas e coletivas.

Conforme podemos constatar na pesquisa de Severo e Segundo (2017), ao todo, foram registradas 150 ocupações no Estado Gaúcho. Aplicando entrevistas por meio de grupos focais com os estudantes que participaram do movimento, os autores identificaram a influência de quatro fatores principais sobre as razões que levaram os estudantes a se envolverem com as ocupações:

- a) o simbólico, relacionado às ocupações de São Paulo como mito fundador de uma forma de realizar política para estes jovens;
- b) a solidariedade com a categoria dos professores que passam por um processo de precarização em razão do parcelamento de seus salários;
- c) o material, ao verificar as condições de suas escolas e dos valores repassados para manutenção e, em especial, para alimentação e;
- d) o político, conjuntamente pelo encaminhamento dos PLs 190/2016 e o 44/2015, por parte do executivo, juntamente à responsabilização do governo estadual pelas questões salariais dos professores e da situação das escolas (SEVERO; SEGUNDO, 2017, p. 81).

Em Santa Catarina o movimento de resistência foi desencadeado após o anúncio da Reforma do Ensino Médio. Em cada ocupação, no entanto, foram perceptíveis as pautas específicas de cada realidade escolar. Em nossa busca de dados, encontramos dois trabalhos que discutiram e problematizaram a temática.

Lapa e Girardello (2017) realizaram um estudo de caso a partir de uma experiência pedagógica de articulação entre uma disciplina de pós-graduação em uma universidade federal e as ocupações de escolas de educação básica ocorridas no município de Florianópolis. As autoras relatam que quando o cenário de luta pela educação pública se radicalizou, a turma estava na metade do semestre. Os alunos da pós-graduação começaram a indagar o que poderia ser feito, tendo em vista que parte da universidade estava ocupada e muitas

escolas de educação básica onde lecionavam também vivenciavam a intervenção protagonizada por estudantes do Ensino Médio.

No final de outubro, quando as primeiras ocupações em escolas já haviam iniciado na capital catarinense, o grupo teve a clareza da necessidade de um agir coerente com tudo o que vinham pesquisando e estudando na universidade. Foi feita uma aproximação com uma escola estadual ocupada, onde eram oferecidas oficinas e aulas públicas sobre temas como redação para o vestibular, leitura crítica das mídias e violência nas redes sociais.

Na análise do processo, as autoras identificaram contribuições importantes para a reflexão. A autonomia, a identidade e o senso de pertença foram conquistados aos poucos pela turma – em grande medida pelo compartilhamento de emoções, muitas delas difundidas pelo grupo por intermédio de relatos em áudio acerca das experiências nas escolas ocupadas. O grupo foi às ocupações com uma postura de escuta sensível e apoio aos secundaristas, mas também de ação, resistência e responsabilidade com o coletivo.

Reis (2017) discorre sobre o movimento de ocupações de escolas e universidades protagonizado por jovens no segundo semestre de 2016 no Estado catarinense. Seu trabalho se diferencia dos demais porque traça uma linha do tempo contextualizando a complexidade dos movimentos sociais contemporâneos, tendo como prelúdio o aumento da tarifa de ônibus em São Paulo que culminou nas Jornadas de Junho em 2013.

Para o autor, “as Ocupações herdaram alguns aspectos das jornadas de junho de 2013, na medida em que os jovens secundaristas e universitários utilizam a intervenção no espaço público como forma de protestar e resistir” (REIS, 2017, p. 255). Ao refletir sobre os dados coletados em Santa Catarina, afirma o pesquisador que:

Ao analisar todo o material coletado, é possível afirmar que os jovens estão descontentes com os desdobramentos políticos no país e querem mais diálogo com as esferas institucionais. Tal movimento rompe com a concepção de uma juventude individualista e despolitizada, visão que se tornou marca da chamada geração Y e Z. Nos dias em que passamos nas ocupações, chamou-nos atenção a forma horizontal de organização: tudo era decidido em assembleia. O espírito de coletividade também estava na divisão das tarefas: limpeza da escola, manipulação e produção de alimentos, organização de debates, atividades culturais e acadêmicas (REIS, 2017, pp. 254-255).

Para o autor, as ações colocadas em curso pelos os estudantes fragilizaram o discurso do governo de que era preciso modernizar e tornar mais dinâmico o currículo do Ensino Médio, pois o jovem não estava interessado na escola. Na análise do pesquisador, as mais de 1.400 escolas ocupadas em todo o país demonstram que o jovem está, sim, interessado na escola pública, todavia, os estudantes reivindicam um currículo que respeite as diferenças, cobram políticas de permanência e êxito, e desejam discutir e participar da gestão escolar.

O ofício do etnógrafo em três ocupações: #OcupaIFSCFloripa, #OcupaUFSC e #OcupaUDESC

*Sobre governo, eu mesmo me governo
todo dia, o tempo inteiro
sem precisar de um ladrão representante de terno
Falando que governa com esmero
Em prol da nação, comandando como clero
Na idade média, amaldiçoando a população
Estratégia de manipulação
Morte de cidadãos em vão vira comédia
Na mídia onde a morte de artista é tramada como tragédia...*

"Raiz da corrupção" [canção]
Elias Oliveira Marx [estudante]

As observações realizadas por mais de um mês em três ocupações no município de Florianópolis tiveram como fundamento a perspectiva etnográfica (OLIVEIRA, 2013; REIS; LUNARDI-MENDES, 2018). Enquanto método de pesquisa, a etnografia nasceu na Antropologia, na tentativa de compreender como indivíduos se comportam dentro de um determinado grupo social. No campo educacional, essa perspectiva começou a ganhar destaque no Brasil a partir da década de 70 do século XX, quando surgem pesquisas com objetivo de documentar e problematizar a dinâmica e as interações no processo de ensino-aprendizagem.

A prática etnográfica educacional é a capacidade de documentar aquilo que o etnógrafo está vivenciando no lócus observado. Trata-se de uma ação guiada pela inquietação do pesquisador que deseja compreender como um determinado grupo se organiza e age dentro da escola (REIS; LUNARDI-MENDES, 2018, p. 178).

Existe atualmente no Brasil um grupo de pesquisadores que defende a perspectiva do 'tipo etnográfico', onde essa metodologia é reduzida a uma simples inspiração para conduzir a coleta de dados em pesquisas qualitativas (ANDRÉ, 2012). A perspectiva dos estudos etnográficos em educação, porém, contrapõe-se radicalmente contra as inspirações etnográficas desse tipo e advoga a necessidade de uma imersão no lócus a ser documentado, ou seja, uma intensa vivência com os sujeitos da pesquisa (ROSISTOLATO; PRADO, 2015; OLIVEIRA et al, 2017).

Embora as etnografias contemporâneas realizadas em escolas e ocupações urbanas sejam muito diferentes do modelo desenvolvido por Malinowski (1980), tendo por base os estudos recentes desenvolvidos por Clifford (2002), Geertz (2002) e Giumbelli (2002), defendemos a necessidade de o etnógrafo vivenciar intensamente o campo a ser documentado, utilizando diferentes protocolos – observações, entrevistas, grupos focais, narrativas de vida – para entender como o indivíduo age no grupo social. No caso específico,

era nosso interesse compreender o que movia aqueles adolescentes a intervirem em um aparelho hegemônico do Estado¹⁰.

Diante da necessidade de passar um longo período nas ocupações, excluímos desse trabalho as observações realizadas nas ocupações da Escola Estadual de Educação Básica Simão Hess e do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina. Mesmo que tenhamos convivido com os adolescentes que protagonizaram o movimento de resistência, nosso acesso a esses espaços foram limitados pela direção escolar, ficando reduzido a algumas tardes de observação. Durante o período que passamos nessas duas escolas, constatamos que havia uma tensão muito grande: parte dos pais se posicionou contra o movimento, e grupos juvenis de orientação política de direita agiam para tentar desestabilizar essas ocupações.

Levando em consideração que nosso acesso aos movimentos #OcupaIFSCFloripa, #OcupaUFSC e #OcupaUDESC foi sem restrições, passamos várias semanas nesses espaços, acompanhando a gestão do local, o diálogo com a sociedade, o enfrentamento à truculência da Polícia Militar e das mídias hegemônicas. Optamos, portanto, por limitar nossa análise a essas três ocupações.

¹⁰ Neste artigo, tendo por base os escritos de Antônio Gramsci (1978, 1979), concebemos os prédios ocupados por estudantes – escolas, rádios universitárias, universidades – como aparelhos de hegemonia, administrados pelo Estado para educar e difundir a ideologia da classe dominante. No entanto, a partir da ocupação teve início um movimento contra hegemônico questionando as ações e imposições dos dirigentes do Estado.

Figura 2: Estudantes confeccionam cartazes para uma passeata que ocorreria no centro da cidade, Campus Florianópolis do IFSC.



Fonte: Página Ocupa IFSC Floripa¹¹.

Além de promover ações – debates públicos e passeatas – com o objetivo de alertar a população sobre os retrocessos em curso no parlamento brasileiro, constatou-se que os ocupantes também tentaram colocar em curso um novo tipo de gestão nas instituições ocupadas: a cultura democrática participativa. Embora, nos últimos anos, algumas redes de ensino tenham avançado em alguns aspectos que dizem respeito à forma de escolha do gestor escolar, a juventude dá sinais de que simplesmente votar a cada quatro anos para a escolha do diretor não é suficiente. Muitas vezes, a gestão colocada em prática tem um distanciamento hercúleo do plano apresentado à comunidade durante o período eleitoral; muitos gestores, ao tomarem posse, esquecem dos compromissos assumidos durante a eleição.

Os jovens se mostraram interessados em debater as composições curriculares, o modo como o orçamento escolar estava sendo executado, além de reivindicar mais ações para os estudantes em situação de vulnerabilidade social e risco. Com relação ao currículo educacional, foi verificado que, no momento em que as observações eram registradas e documentadas, a temática 'Escola sem Partido' ganhava grande repercussão nos meios de comunicação de massa. Isso, de certa forma, influenciou os jovens ocupantes a discutir a questão. Na #OcupaIFSCFloripa esse assunto foi recorrente, sendo que presenciamos três aulas públicas que abordaram o tema.

Cláudia¹² tem 17 anos e cursa o segundo ano do Ensino Médio. Informou-nos que, na última assembleia da ocupação, sugeriu uma atividade que

¹¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/OCUPAIFSCFLORIPA/photos>. Acesso em: 22/03/2018.

discutisse o 'slogan ideologia de gênero'. Destaca a jovem que é urgente as escolas problematizarem essa temática, pois desde 2014 o assunto vem sendo deturpado nas redes sociais digitais.

De fato, conforme pesquisa elaborada por Paraíso (2018), na votação do Plano Nacional de Educação, na Câmara dos Deputados Federal em 2014, o trecho "promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual" causou mais mobilização do que as metas centrais que defendiam 10% do PIB para educação, bem como a erradicação do analfabetismo.

Depois de muita discussão, polêmica e gritos, a comissão que analisava a temática não resistiu à pressão dos parlamentares evangélicos e todas as questões envolvendo gênero e orientação sexual foram suprimidas da versão final do PNE.

Na ocasião, em 2014, faixas com os dizeres "Abaixo a ideologia de gênero", "Ideologia de gênero não é de Deus", e "Não deixemos o gênero destruir as famílias" foram estendidas por jovens católicos e evangélicos que se encontravam na Plenária, num aperitivo do que estamos vendo se ampliar e se multiplicar nos diferentes estados e municípios do Brasil nas discussões do Plano Estadual de Educação (PEE) e do Plano Municipal de Educação (PME). Esse mesmo público jovem, na ocasião, também causou espanto e indignação por ter aplaudido e emitido muitos gritos de apoio ao deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ) – conhecido por seus discursos e atos misóginos, sexistas, machistas, homofóbicos, ditatoriais e de ódio às diferenças –, quando o congressista entrou no local (PARAÍSO, 2018, p. 30).

Em uma das aulas públicas que tivemos a oportunidade de acompanhar, Cláudia integrou a mesa de debates juntamente com uma Professora Doutora em Filosofia e uma integrante do Grêmio Estudantil. A secundarista abriu o evento explicando os motivos de promover uma atividade com essa temática. Explicou a jovem que, em pesquisa à mesa diretora da Câmara dos Deputados, identificou cinco Projetos de Lei em tramitação que tentam coibir a reflexão sobre gênero e sexualidade nos espaços educativos.

Cláudia avança em sua exposição, destacando que um dos projetos em curso no parlamento brasileiro prevê a prisão de 6 meses a 2 anos ao docente que abordar a temática em sala de aula. O Projeto de Lei mencionado pela secundarista trata-se do PL 2731/2015, de autoria do deputado federal Eros Biondini (PTB/MG), que propõe alterar o Plano Nacional de Educação, proibindo qualquer discussão sobre gênero e sexualidade nas escolas brasileiras.

Conforme sistematização realizada por Reis (2017), o Estado de Santa Catarina registrou um total de 34 ocupações. Em nossas observações, constatamos um intenso diálogo entre os ocupantes de Florianópolis e do interior. Os estudantes colocaram em curso várias estratégias em conjunto,

¹² Nome fictício, modificado a pedido.

como, por exemplo, a mobilização de outros jovens para protestar em Brasília nos dias em que a PEC¹³ seria votada no parlamento.

Figura 3: Cartilha confeccionada para mobilizar outros jovens a protestar em Brasília



Fonte: registro realizado durante a manifestação de 11 de novembro de 2016¹⁴.

Foi observada também a construção de redes de comunicação independente para dialogar com a sociedade as razões que moviam aqueles estudantes a intervirem em um espaço público. Além do uso intensivo das redes sociais digitais, as ocupações de Florianópolis recorreram às mídias alternativas – como Rádio Campeche 98,3 FM15, Portal Desacato e Coletivo de Jornalismo Maruim. Houve ainda a ocupação da Rádio Universitária UDESC 100,1 FM. Os estudantes retiraram a programação oficial do ar e passaram a produzir programas alternativos ao vivo, discutindo temas como: homofobia, machismo, financiamento da educação pública e os impactos da PEC 55 para a juventude e a classe trabalhadora.

Após alguns dias de ocupação na Rádio UDESC, a ANATEL¹⁶ retirou a emissora do ar, alegando que os estudantes não tinham respeitado os horários da propaganda eleitoral. Registra-se que os 26 dias de ocupação na UDESC foram atravessados por muita tensão entre ocupantes, gestão universitária e estudantes contrários ao movimento. O epílogo do #OcupaUDESC ocorreu no dia 18/11/2016, com uma intervenção policial no campus Central, sendo que a Polícia Militar obrigou os estudantes a evacuar os prédios ocupados.

Na UFSC, os departamentos ocupados a que tivemos acesso – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Ciências da Educação, Centro de Ciências da Saúde, Centro de Ciências Sociais e Econômicas, Centro de Ciências Desportivas – foram espaços de muito debate sobre o papel da universidade

¹³ Proposta de Emenda 55 à Constituição, que congelou os investimentos em áreas como educação, saúde e assistência social por 20 anos.

¹⁴ Passeata ocorrida na cidade de Florianópolis. Um dos objetivos era mobilizar a juventude e classe trabalhadora para a ida a Brasília no dia 29/11. Acompanhamos todo o trajeto da passeata, que saiu da UFSC campus Trindade, passando pelas Avenidas Beira-Mar e Mauro Ramos, finalizando com um ato em frente à Secretaria Estadual de Educação.

¹⁵ Os Programas Campo de Peixe, Educação em Debate e Campeche em Movimento fizeram ampla cobertura das ocupações, dando voz aos estudantes.

¹⁶ Agência Nacional de Telecomunicações.

brasileira e os desafios que o universitário enfrenta para se manter naquele espaço.

Figura 4: Centro de Ciências Desportivas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Assembleia estudantil que deliberou pela ocupação na UFSC



Fonte: Página Mobiliza CFH-UFSC¹⁷.

Durante os dias em que passamos no CFH, presenciamos também o #Ocupinha, um espaço lúdico e pedagógico, com professoras de educação infantil e licenciandas do curso de pedagogia que atendiam aos filhos das mães universitárias e dos trabalhadores terceirizados da universidade. O movimento teve o objetivo de forçar um diálogo com a reitoria para a discussão de uma política de assistência às mães que estudam na universidade.

Outros temas que dominaram as rodas de conversas e aulas públicas das ocupações na UFSC foram: os desafios da inclusão, as consequências da reforma curricular do ensino médio e os impactos que o ajuste fiscal causaria nas áreas de ciência e tecnologia, colocando em risco o desenvolvimento do país e soberania nacional.

Decorridos 45 dias de ocupação, as reivindicações dos estudantes continuaram a ser debatidas nos conselhos deliberativos da universidade. Uma das maiores conquistas foi a publicação da portaria n.º 1004, assinada pelo Reitor em 02 de maio de 2018. No ato, o dirigente nomeou um grupo de trabalho responsável por elaborar a política de permanência para as mães estudantes da UFSC. Um assunto que começou a germinar em outubro de 2016, quando estudantes perplexos com o autoritarismo parlamentar instaurado em nosso país resolveram interromper as atividades acadêmicas para, em comunhão, refletir e buscar soluções em conjunto para os problemas que enfrentavam diariamente.

É digno de registro que em alguns departamentos, como o Centro de Ciências Econômicas, as ocupações foram atravessadas de muita tensão entre os estudantes que aderiram ao movimento e universitários com posições ideológicas mais à direita, que se posicionaram contrários à intervenção. O

¹⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/OcupaCFHUFSC/photos/>. Acesso em: 25/03/2018.

embate ficou acirrado com a aproximação da data em que seriam aplicadas as provas do ENEM.¹⁸

Técnicos do Ministério da Educação exigiam que os estudantes evacuassem o prédio para que o exame fosse aplicado. Os estudantes contra argumentaram que ficariam em um local reservado dentro do prédio, desta forma não haveria prejuízo nos trabalhos que seriam executados pelos fiscais.

Sem acordo, após assembleia realizada na véspera da aplicação das provas, nos prédios ocupados totalmente pelos estudantes¹⁹, os profissionais que iriam aplicar o ENEM foram impedidos de adentrar no departamento. Diante do exposto, vários estudantes que haviam recebido do MEC mensagem confirmando a realização do exame, ficaram frustrados ao chegarem à universidade.

Entre os ocupantes, uma equipe foi escalada para conversar com os estudantes e familiares explicando as motivações do movimento estudantil, bem como porque a prova não seria aplicada no referido centro. “*A função do conhecimento é libertar o indivíduo. A da escola, garantir que todos tenham acesso ao conhecimento*”. Com essa frase Ana Clara inicia sua abordagem a uma família que acompanhava um jovem que faria o exame pela primeira vez. Ana Clara enfatiza que a ação daqueles universitários é para assegurar que as próximas gerações tenham acesso aos direitos sociais básicos como: educação, saúde e seguridade social.

Aos jovens e familiares presentes é explicado que os mesmos fariam a prova em janeiro do ano seguinte, em data a ser confirmada pelo Ministério da Educação. Os ocupantes distribuem um panfleto, com informações sobre uma ação pedagógica onde iriam ministrar tópicos que são recorrentes no ENEM e nos vestibulares de Santa Catarina. Embora frustrados, muitos jovens impedidos de fazer a prova, demonstram interesse em participar do *Cursinho do Ocupa*.

O legado das ocupações

*Há muito tempo me questionando,
sempre a mando, no comando
De quem está comandando
E mandando nos nossos custos,
susto...
Meu rap é um rack, o ataque da bic!*

“Raiz da corrupção” [canção]
Elias Oliveira Marx [estudante]

O *rap* de autoria do estudante Elias de Oliveira Marx, um dos secundaristas que esteve à frente da #OcupaIFSCFloripa, nos instiga a refletir o momento enigmático em que o Brasil se encontra. Trata-se de um cenário de

¹⁸ Exame Nacional do Ensino Médio.

¹⁹ Houve centros em que a ocupação foi parcial.

incertezas que anuncia grandes conflitos sociais: privatização e terceirização da educação pública, índices de desemprego alarmantes, aumento do trabalho informal, expansão das comunidades em situação de vulnerabilidade social e risco, sucateamento do Sistema Único de Saúde. Embalados na batida do *rap* contestatório, concordamos com Reis e Sartori (2018) acerca da necessidade de discutir o papel da pós-graduação no contexto da resistência:

Se a democracia brasileira está sob intenso ataque, é preciso problematizar o papel da pesquisa e da pós-graduação no contexto de resistência. Compreendendo a democracia de forma mais ampla: considerando o estado democrático de direito, o respeito à diversidade, à justiça social e à equidade. O grande desafio que se coloca para os pesquisadores da área da educação é documentar e problematizar a realidade como ela se apresenta, com todas as suas impurezas, evidenciando as tensões, os dilemas, as ambivalências e os inacabamentos que surgem no lócus observado (REIS; SARTORI, 2018, p. 67).

Conforme foi constatado nas observações realizadas, bem como no levantamento bibliográfico sobre as ocupações no Brasil, as articulações coletivas dos jovens que protagonizaram o movimento foram importantes estratégias de resistência aos “golpes” (SOUZA, 2016) que as políticas públicas vêm sofrendo nos últimos dois anos. Ficou evidente que, apesar de cada ocupação ter uma pauta específica, havia uma luta em comum contestando a reforma do Ensino Médio, o congelamento dos gastos públicos e o projeto de lei Escola sem Partido.

Os estudantes, ao ocuparem o espaço público, denunciaram a precarização das condições de trabalho dos profissionais da educação. Lutaram contra o sucateamento das redes de ensino públicas, bem como a falta de materiais pedagógicos. Reivindicaram ambientes adequados para o ensino das ciências e das artes, assim como espaços seguros para a prática desportiva, enfatizando que, naquele momento, tanto o currículo como a forma de organização administrativa da escola não correspondiam aos seus desejos e necessidades. A concepção de uma escola pública, gratuita, laica, universal, democrática e de qualidade socialmente referenciada era o que movia os sujeitos que acompanhamos.

Os jovens também instigaram a sociedade a refletir sobre os ataques que estavam/estão sendo orquestrados contra as políticas públicas. Por meio de aulas públicas, mesas redondas, passeatas e intervenções artísticas nas ruas, os educandos tentaram unificar forças defendendo a manutenção do ensino gratuito, inclusivo, plural e democrático – com a autonomia que lhe é garantida pelo artigo 207 da Constituição Federal.

Ocupando aparelhos hegemônicos do Estado, estudantes tentaram alertar a sociedade brasileira acerca do impacto que o ajuste fiscal causaria aos trabalhadores e às populações em situação de vulnerabilidade social e em risco. Uma juventude consciente dos seus direitos é o maior legado que as ocupações deixaram.

Por fim, não podemos deixar de registrar as tensões, bem como as tentativas de desmobilização que esses jovens enfrentaram durante o processo de ocupação. Um dos conflitos mais acirrados ocorreu na #OcupaUDESC, quando a Polícia Militar adentrou o campus central e exigiu que os estudantes evacuassem os prédios ocupados. Todos os estudantes foram revistados intimamente, fotografados e fortemente intimidados pelo aparato do Estado.

Porém, o confronto mais radical ocorreu no dia 29/11/2016, em Brasília-DF, dia em que os Deputados Federais votavam pela segunda vez a Proposta de Emenda à Constituição congelando os gastos públicos em educação, saúde e assistência social por duas décadas. Os jovens passaram praticamente todo o mês de novembro discutindo a necessidade de ir à capital federal, pois a proposta que estava em curso no parlamento colocava em risco o financiamento da seguridade social.

É preciso tentar um diálogo, afirmava Joanna durante a assembleia. *Eles não podem nos ignorar*, mencionou João Paulo. Após um debate intenso entre vários estudantes de diferentes ocupações no Estado de Santa Catarina, no dia 27 de novembro vários ônibus partiram de Florianópolis, Chapecó, Araranguá e Blumenau rumo ao Congresso Nacional.

Na posição de etnógrafos, há mais de um mês acompanhando aqueles jovens, sentimos que era o momento de ter coerência com o discurso acadêmico. Decidimos acompanhar os estudantes naquela que seria uma das últimas ações para tentar barrar a votação no parlamento. No ônibus, constatamos alguns jovens menores de idade – cujos pais haviam autorizado a ida –, trabalhadores em geral e alguns professores. O ponto de encontro era o Estádio Nacional Mané Garrincha. Após vinte e quatro horas de viagem, avistamos uma multidão se preparando para marchar rumo ao parlamento brasileiro: estudantes, índios, professores, sindicalistas, petroleiros e servidores públicos.

Embora não se tenha uma estatística oficial, estudantes secundaristas eram visivelmente o maior público da passeata. À medida que a multidão se aproximava da praça dos três poderes, máscaras de proteção contra gás lacrimogênio eram distribuídas para os manifestantes. Acompanhávamos um grupo de estudantes da UFSC na altura da Esplanada dos Ministérios. Via *whatsapp*, éramos informados que o pelotão de frente já havia chegado em frente à Câmara dos Deputados e a polícia legislativa o recebeu com bala de borracha e spray de pimenta. Uma sensação de caos se instaurou no Eixo Monumental (figura 05).

Figura 5: Confronto em frente à Câmara dos Deputados



Fonte: Registro realizado dia 29/11/2016²⁰.

À medida que o gás lacrimogêneo se espalhava, a multidão nos empurrava para o lado oeste do Plano Piloto. Passamos mais de uma hora tentando correr. Na rodoviária de Brasília, sentimos segurança para descansar e encontramos vários estudantes gravemente feridos: alguns atingidos por balas de borracha, outros por bombas de efeito moral.

No hospital de Brasília, enquanto acompanhávamos alguns jovens que recebiam atendimento médico, era estarrecedor assistir à cobertura jornalística das mídias hegemônicas. Na televisão, no principal canal por assinatura voltado exclusivamente para notícias, o que víamos era quase um delírio: todo o time de jornalistas da emissora entrevistando uns aos outros e repetindo a mesma coisa que o colega já havia proferido: *desordem, baderna, depredação ao patrimônio público, carros incendiados*. Não havia espaço para o contraditório, para fontes externas ou, mesmo, para as pessoas que estiveram na manifestação. Era quase que uma conversa ininterrupta de bar.

Muito bem sintetizou o estudante secundarista Antônio Carlos²¹: “só mesmo o filme de Glauber Rocha para definir o que estávamos presenciando naquele momento: *Uma terra em transe* (1967)”. Onde mais a população, na casa do povo, é recebida à bala de borracha por exigir a manutenção de três direitos universais na constituição: saúde, educação e assistência social?

Glauber Rocha inaugurou uma nova estética na produção do cinema nacional utilizando, para tanto, acontecimentos reais que faziam parte do cotidiano no Brasil e na América Latina. O cineasta criou o país fictício de

²⁰ Imagem compartilhada nos grupos de *whatsapp* para alertar quem não havia chegado ao plano leste de Brasília. Autor desconhecido.

²¹ Nome fictício, modificado a pedido.

Eldorado. Na trama, o país vive uma polarização em torno do líder populista, o Governador Felipe Vieira e o Senador Porfírio Diaz, representante da extrema direita. No meio da convulsão e da desordem política representada na trama, temos o Jornalista Paulo Martins (protagonista) e Júlio Fuentes, proprietário de um grande grupo de comunicação (Rádio, TV, Jornal) que utiliza esses veículos, que são concessões públicas ao sabor de seus interesses econômicos. O longa é bastante atual e apresenta elementos importantes para compreendermos a relação promíscua entre a elite brasileira e os meios de comunicação de massa:

A história da sociedade brasileira contemporânea não pode ser compreendida sem que analisemos a função da mídia e da imprensa conservadora. É a grande mídia que irá assumir a função dos antigos exércitos de cangaceiros, que é assegurar e aprofundar a dominação da elite dos proprietários sobre o restante da população. A grilagem agora não assumirá mais apenas a forma de roubo violento da terra dos posseiros pobres, mas sim também a forma de colonização de consciências com o fito de possibilitar, no entanto, a mesma expropriação da elite. Substitui-se a violência física, como elemento principal da dominação social, pela violência simbólica, mas sutil, mas não menos cruel (SOUZA, 2017, p. 214).

Como muito bem analisa o sociólogo Jessé Souza, a aprovação da PEC 55 foi um duro golpe orquestrado pela elite financeira contra a classe trabalhadora. Vinte anos de congelamento nos investimentos em saúde, educação e assistência social para garantir o pagamento da dívida pública à classe dos sonegadores. O orçamento público, constituído principalmente por meio dos impostos pagos pela classe média e pelos mais pobres, “deixa de ser usado em serviços essenciais para pagar de volta aos ricos, o que eles deveriam ter pago como todos os outros cidadãos” (SOUZA, 2017, p. 164).

Para conseguir impor o ajuste fiscal, o governo utilizou toda sua força coercitiva. O braço armado do sistema – mídias hegemônicas – também teve um papel decisivo para a aprovação das medidas de austeridade no parlamento. Os estudantes, porém, colocaram em curso importantes estratégias – construção de redes de comunicação independentes, forma horizontal de organização, decisões por meio de colegiados e assembleias – para resistir à agenda econômica conservadora dos organismos multilaterais. É, sem dúvida, um processo marcado por conflitos e resistência, mas esse movimento pode ser a força que impulsionará novos debates sobre as políticas públicas no Brasil.

Uma das teses defendidas por Souza (2016), em a *Radiografia do Golpe*, é que a obsessão do mercado financeiro pela flexibilização dos direitos trabalhistas, bem como pela privatização da previdência social, levou a elite brasileira a construir uma narrativa consistente em torno da suposta corrupção generalizada no Estado Brasileiro. Esse mote, amplamente difundido pelas

mídias, culminou no afastamento de um governo que não conseguiu atender às expectativas dos rentistas.

No momento em que a redação deste artigo é concluída, estamos à véspera do primeiro turno das eleições de 2018. Diante de uma campanha atípica, os resultados são incertos. Da direita à esquerda, o discurso é que em 2019 é preciso iniciar pela reforma da previdência. Candidatos de centro-direita afirmam a necessidade de cobrar mensalidade nas universidades federais, pois *o Estado está muito 'inchado' e não há dinheiro para investimento*²².

Fatos que demonstram os desafios que a sociedade brasileira irá enfrentar no próximo ano. Diante do avanço do conservadorismo e da agenda econômica neoliberal, a juventude e o movimento secundarista nos fornecem boas pistas para organização da resistência ao desmonte dos direitos sociais em curso no Brasil.

Referências bibliográficas

ANDRÉ, M. 2002. *Etnografia da prática escolar*. Campinas: Papyrus.

BRASIL. Senado Federal. 2016a. *Projeto de Lei 193/2016*. Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o programa Escola sem Partido. Brasília: Mesa diretora do Senado. Disponível em <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/125666>>. Acesso em: 22/03/2018.

BRASIL. 2016c. *Medida provisória n.º 746*, de 22 de setembro de 2016. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e a Lei n.º 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm>. Acesso em: 23/03/2018.

BRASIL. Senado Federal. 2016b. *Proposta de Emenda à Constituição 55*. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal. Brasília: Mesa Diretora do Senado, 2016b. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337>>. Acesso em: 23/03/2018.

²² Frase proferida pelo candidato a Presidência da República pelo PSDB, Geraldo Alckmin, em entrevista no Programa Central das Eleições – GloboNews dia 03/08/2018.

- CATINI, C. de R; MELLO, G. M. de C. 2016. Escolas de luta, educação política. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 37, n. 137, pp. 1177-1202.
- CLIFFORD, J. 2002. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: EdUFRJ.
- CORSINO, L. N; ZAN, D. D. P. 2017. A ocupação como processo de descolonização da escola: notas sobre uma pesquisa etnográfica. *ETD - Educação Temática Digital*, v. 19, n. 1, pp. 26-48.
- COSTA, L. B. da; SANTOS, M. M. 2017. Espaços virtuais moventes das escolas ocupadas de Porto Alegre: o apoio mútuo como base da inteligência coletiva. *ETD - Educação Temática Digital*, v. 19, n. 1, pp. 49-72.
- FLACH, S. F; SCHLESENER, A. H. 2017. Análise de conjuntura sobre a ocupação de escolas no Paraná a partir do pensamento de Antonio Gramsci. *ETD - Educação Temática Digital*, v. 19, n. 1, pp. 165-186.
- GEERTZ, C. 2002. *Obras e vidas: o antropólogo como autor*. Rio de Janeiro: EdUFRJ.
- GIROTTO, E. D. 2016. A dimensão espacial da escola pública: leituras sobre a reorganização da Rede Estadual de São Paulo. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 37, n. 137, pp. 1121-1141.
- GIUMBELLI, E. 2002. Para além do "trabalho de campo": reflexões supostamente malinowskianas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 48, pp. 91-107, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092002000100007>.
- GRAMSCI, A. 1978. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. 1979. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GROPPO, L. A; TREVISAN, J; BORGES, L. F; BENETTI, A. M. 2017. Ocupações no Sul de Minas: autogestão, formação política e diálogo intergeracional. *ETD - Educação Temática Digital*, Campinas, v. 19, n. 1, pp. 141-164.
- LAPA, A; GIRARDELLO, G. 2017. Mídia-Educação na "Primavera Secundarista": um estudo de caso no ensino de Pós-Graduação. In: 38ª REUNIÃO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO. São Luís - MA.
- MALINOWSKI, B. 1980. Objeto, método e alcance desta pesquisa. In: GUIMARÃES, Alba Z. (Org.). *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980. pp. 39-61.

- MORAES, C. S. V; XIMENES, S. B. 2016. Políticas Educacionais e a resistência estudantil. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 37, n. 137, pp. 1079-1087.
- OLIVEIRA, A. 2013. Por que etnografia no sentido estrito e não estudos do tipo etnográfico em educação? *Revista FAEEBA*, Salvador, v. 22, n. 40, pp. 69-82.
- OLIVEIRA, A; BOIN, F; BÚRIGO, B. 2017. A Antropologia, os Antropólogos e a educação no Brasil. *Revista Antropológicas*, v. 27, n. 1, pp. 21-44.
- PAES, B. T; PIPANO, I. 2016. Escolas de luta: cenas da política e educação. *ETD - Educação Temática Digital*, Campinas, v. 19, n. 1, pp. 3-25, 2017.
- PARAÍSO, M. A. 2018. Fazer do caos uma estrela dançarina no currículo: invenção política com gênero e sexualidade em tempos do slogan "ideologia de gênero". In: PARAÍSO, M. A; CALDEIRA, M. C. da S. (Org.). *Pesquisas sobre currículos, gêneros e sexualidades*. Belo Horizonte: Mazza, pp. 23-52.
- REIS, V. 2017. #Ocupar e Resistir: Estudantes catarinenses em defesa da escola pública. *Argumentos Pró-Educação*, Pouso Alegre/MG, v. 2, n. 5, pp. 235-258.
- REIS, V; LUNARDI-MENDES, G. M. 2018. O registro do etnógrafo: reflexões sobre a prática etnográfica educacional. *Revista Contemporânea de Educação*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 26, pp. 164-183.
- REIS, V.; SARTORI, A. S. 2018. Educação pública em risco: descontinuidades, golpes e resistência. *Revista Espaço do Currículo*, João Pessoa, v. 11, n. 1, pp. 59-70.
- ROSISTOLATO, R; PRADO, A. P. do. 2015. Etnografia em pesquisas educacionais: o treinamento do olhar. *Linhas Críticas*, v. 21, pp. 57-75.
- SEVERO, R. G; SEGUNDO, M. A. C. S. 2017. #OCUPATUDORS – Socialização política entre jovens estudantes nas ocupações de escolas no Rio Grande do Sul. *ETD - Educação Temática*, Campinas, v. 19, n. 1, pp. 73-98.
- SILVA, A. V. M; MELO, K. S. 2017. #OCUPAISERJ: Estratégias comunicacionais do movimento de ocupação do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro. *ETD - Educação Temática Digital*, Campinas, v. 19, n. 1, pp. 119-140.
- SOUZA, J. 2016. *A radiografia do golpe*: entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: LeYa.
- _____. 2017. *A elite do atraso*: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: LeYa.

Filmografia

Terra em transe. 1967. Direção: Glauber Rocha. Brasil, DVD (1h 48min).

Musicografia

MARX, Elias Oliveira. 2017. *Raiz da Corrupção*. Florianópolis. (Produção Estúdio Bahls). Música Independente. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=N4krcSbCnfY>>. Acesso em: 23/05/2018.